

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO  
DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – REGIONAL IV (AP-07)**

Aos três dias do mês de junho do ano de 2006, às 15 horas e 30 minutos, no Ginásio Aécio de Borba, localizado à Rua Cel. Gomes, no Bairro Benfica, em Fortaleza – Ceará, foi realizada a Audiência Pública Territorial do Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, da Área de Participação 07, abrangendo os Bairros da Regional IV, **Aeroporto, Benfica, Bom Futuro, Damas, Fátima, Jardim América, José Bonifácio, Parreão e Vila União**, sob a presidência de José Meneleu Neto. Paula Rabelo abriu a Audiência Pública e chamou a anfitriã Francisca Rocicleide Ferreira da Silva, Roci, Secretária da Regional IV, para falar para os presentes. Roci deu boas vindas e disse que era uma satisfação estar presente a audiência como governo, e enfatizou a relevância dessa parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza com a população, e que o Secretário Meneleu explicará o que é o Plano Diretor Participativo e a importância deste para a Cidade de Fortaleza. Lembrou que é necessário que a população esteja participando para definir os rumos de uma cidade justa, apresentando boas propostas para o Plano diretor de Fortaleza, no sentido de se construir uma cidade bem melhor para todos. Em seguida o Sr. Antonio Edson Pereira, membro do Núcleo Gestor, saudou as pessoas do local e parabenizou todos por estar ali exercendo o papel de cidadãos, e que conseguiram perceber a importância desse trabalho para Fortaleza. Salientou que existem dois trabalhos com a participação popular, mas que são diferentes: Um é o Orçamento Participativo que aborda as questões de obras locais; o outro é o Plano Diretor, que é um documento que estabelece regras para toda a cidade. Paulo Rabelo informou que a gestão municipal tem feito todo esforço para fazer uma gestão democrática, e que a Secretaria de Planejamento mostrou isso através de três grandes ações o Orçamento Participativo, o Plano Plurianual e o Plano Diretor. Em seguida, o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, José Meneleu Neto, falou que iria aprofundar a fala do Sr. Edson, da diferença entre o Orçamento Participativo e o Plano Diretor Participativo, e que o OP é uma nova forma de se fazer política orçamentária, e que a prefeitura vem fazendo desde o ano passado. Nesse caso a população faz demanda direta, em cima de suas necessidades imediatas: é a demanda por um posto de saúde, por um lugar de lazer, reforma de uma praça, etc. Meneleu falou que todas essas demandas se transformam numa lei orçamentária, que vai para a Câmara Municipal e a prefeitura cumpre aquela lei naquele ano fiscal. Disse que o Plano Diretor é diferente é, na verdade, um instrumento urbanístico que trata da cidade como um todo, não apenas de questões orçamentária mas de regulamentação do uso do espaço da cidade, e que é importante que a gente entenda isso, uma vez que Fortaleza é um cidade com muitos problemas, com certeza todos tem alguma coisa para reclamar de algo que não funciona bem na cidade. Para que as coisas funcionem bem é preciso que hajam regras, regras de funcionamento da cidade e que sejam seguidas por todos, sem exceção. Um dos grande problemas de Fortaleza é a confusão entre espaço público e espaço privado. Quantas vezes a gente vê um espaço público sendo utilizado por uma finalidade privada ou particular? Essa definição de espaço

público e privado é uma questão central no Plano Diretor. Quando se tem um rio, que é protegido por lei, e quando a pessoa coloca lixo, que é crime ambiental, a pessoa demonstra pouco zelo com a coisa que é comum. Quando um cidadão aterra uma lagoa para construir uma churrasqueira, um estacionamento ou a casa dele, está invadindo o espaço público. Aquela lagoa não pertence a nenhum cidadão, uma vez que é um espaço público para ser usufruído por todos, por toda cidade. José Meneleu explicou que o Plano Diretor tem que ser pensado como instrumento fundamental de ordenamento do espaço urbano da cidade; que o Plano diretor tem um papel educativo e é preciso que as pessoas conheçam como ele funciona, uma vez que deve conter regras que devem durar por dez anos, no que se refere a zoneamento e critérios fundamentais de expansão urbana, áreas de proteção, áreas especiais, zonas especiais de interesse social, áreas para se priorizar a habitação popular, e que tudo isso estará na lei do Plano Diretor, que é diferente do Orçamento Participativo, uma vez que define questões políticas da cidade, em defesa do espaço público e do interesse público coletivo. Meneleu enfatizou que, quem vai participar da elaboração do Plano Diretor tem que entender que está trabalhando para a coletividade. Quando alguém define uma avenida tem que definir também o transtorno que ela causa; qualquer grande obra gera alterações na cidade. zonear, estabelecer critérios é muito importante. Falou que o Plano Diretor é um instrumento muito importante do ponto de vista político, do ponto de vista cultural para que todos os habitantes da cidade, não só os gestores públicos, o pessoal da prefeitura, mas todos possam participar. Todos tem que conhecer a Lei do Plano Diretor, pois a que está vigente é de 1992. Uma das primeiras vitórias a essa discussão participativa é dar conhecimento sobre o que é Plano Diretor. Vocês vão descobrir como é importante discutir isso. Meneleu explicou que antes era um assunto de especialistas, alguns arquitetos, alguns engenheiros, alguns geógrafos e outros profissionais, e que hoje estamos trazendo o problema para a população. Meneleu solicitou que quando as pessoas forem colocar propostas, pensem propostas para a cidade, não pensem no próprio umbigo, não pensem de forma individualista, pensem que essa lei é para tratar de problemas comuns de todos nós, na cidade: o problema da locomoção; o problema das moradias, das favelas e das áreas de risco; a questão do emprego e da renda, que afinge principalmente os jovens; a questão ambiental que não poderíamos esquecer, na hora de fazer as propostas, que na regional 4 temos lagoas, riachos, o parque parreão, etc., e que essas propostas poderiam virar lei. Falou que haveria a apresentação dos Eixos para o público qualificado que estava presente. Paula Rabelo informou que a audiência teria seis etapas: cadastramento, segundo, a abertura que foi realizada; depois a apresentação técnica, apresentação dos eixos; em seguida seriam discutidos os cinco eixos, com debate e apresentação de proposta, que deveriam ser por escrito e assinadas. Falou ainda que teríamos em seguida a eleição de delegados, e que duas mesas estavam prontas para receber as inscrições de delegados e delegadas. Explicou sobre o critério de escolha de delegados, e informou sobre as cinco Audiências Temáticas que serão realizadas na Câmara Municipal, com os temas Mobilidades, Habitação, Desenvolvimento Econômico e Social, Infra-estrutura e Meio Ambiente, e que ainda teremos um evento de audiência pública para o segmento criança e adolescente que acontecerá dia primeiro de julho. Falou ainda que haverá o Segundo Fórum do Plano Diretor Participativo, dia 15 de julho e que o Congresso estaria marcado para o dia dois de setembro. Dando prosseguimento à Audiência da Área de Participação 07, o Arquiteto Daniel Gonçalves Rodrigues, técnico da Habitafor, pediu a todos e todas que prestassem muita atenção nessa primeira parte, pois é o momento de apresentação de conteúdo técnico. Lembrou que as inscrições estão sendo realizadas, e que depois de encerradas ninguém mais poderá se inscrever, votar ou ser votado. Solicitou aos presentes que as propostas encaminhadas sejam pertinentes ao Plano diretor, uma vez que aquelas que não estiverem relacionadas com o PDP não serão consideradas. O Arquiteto Daniel Rodrigues explicou ainda o conceito de Plano Diretor,

no sentido de que todos possam compreender a importância da participação consciente, e detalhou sobre a importância do Plano Diretor e as suas abrangências. Afirmou que o Plano Diretor é uma Lei Municipal que está sendo construída em conjunto com a população, em diversas etapas, e que depois será encaminhada à Câmara Municipal de Fortaleza. Entre várias abordagens do Plano Diretor Participativo mencionou o “Papel da Casa”, isto é documento que legitima o cidadão como dono daquele imóvel, no que se refere à regularização fundiária. Fez ainda uma retrospectiva do processo, e que foram feitas leituras comunitárias e leitura técnica, que foram apresentadas no 1º Fórum do Plano Diretor “A Cidade que Temos”, realizado em 08 de abril de 2006. Nesse Fórum foram definidos os cinco eixos, que foram explicados detalhadamente. Disse ainda que estamos na Etapa de construção das propostas e também de sugestão de novos eixos para o 2º Fórum do PDPFor “A Cidade que Queremos”, que será realizado em quinze de julho. Explicou que os delegados eleitos na Audiência Territorial participarão, em 02 de setembro, do Congresso do Plano Diretor, que tem o objetivo de pactuar a Lei a ser enviada para a Câmara Municipal. A seguir foram apresentados os cinco eixos: Acesso à Terra; Planejar o Crescimento Urbano; Promover uma Cidade Sustentável; Gestão Democrática e Promover o Acesso socioeconômico. Fez leitura de uma lista de propostas já elaboradas em cada eixo. Daniel comunicou que a partir daquele momento estavam encerradas as inscrições para participar daquela Audiência Pública. Em seguida falou do cronograma das audiências temáticas e da data da realização do II Fórum do PDP, que será no dia quinze de julho, sendo que nessa ocasião teremos a eleição dos delegados dos segmentos. Terminada a participação do Arquiteto Daniel Rodrigues, da Habitafor, foi iniciado o processo de eleição dos delegados territoriais conduzido por Evenice Neta, técnica da Prefeitura de Fortaleza, que leu dois artigos do Regimento das Audiências Territoriais relativos às audiências públicas, que definiam quem estava apto a se apresentar como candidato a delegado ou delegada. Evenice Neta comunicou que foram inscritas na Audiência setenta e uma pessoas e, por isso, a plenária teria o direito de escolher oito delegados territoriais. Seguindo o Regimento, todos candidatos se apresentaram para o público presente, sendo que cada um teve um minuto. Em seguida aconteceu a eleição, sendo que cada pessoa depositava o seu voto em uma urna. Após a eleição foram abertas às urnas, sob a fiscalização dos técnicos da Prefeitura e de dois fiscais escolhidos entre o público, foram anunciados os números de votos de cada delegado. Ao final foram declarados eleitos na AP 07 os seguintes delegados: Clézio Lobão da Silva, Alexandre Barroso da Silveira, Maria Ercília Mendonça Maia, Jarine Fernandes da Costa, José Josival Lino, Maria Marli Abreu Costa. Nada mais havendo a tratar eu, Evenice Neta, lavrei a presente ata que será assinada pelo Secretário José Meneleu Neto e pelo Sr. Antonio Edson Pereira, representante do do Núcleo Gestor na Audiência Territorial e pela Secretária da Regional IV, Francisca Rocicleide Ferreira da Silva. Fortaleza, 03 de junho 2006.

José Meneleu Neto  
**Secretário de Planejamento e Orçamento do Município**

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva  
**Secretária da Regional IV**

Antonio Edson Pereira Aguiar  
**Núcleo Gestor do Plano Diretor de Fortaleza**

